

RUA
ALVES REDOL
ESCRITOR
1911 — 1969

Nos nomes das ruas, cada regime escreve a sua versão da história

A toponímia tem servido para incessantes guerras culturais e não há épocas ou ideologias que saiam ilesas. A República e o Estado Novo fizeram a sua propaganda. O 25 de Abril promoveu heróis e símbolos da esquerda. Mas no coração do Baixo Alentejo há uma aldeia cuja praça principal ainda se chama Salazar.

TEXTO Bruno Horta

Perto do litoral alentejano, a 40 quilómetros de Odemira, fica a localidade de Santa Clara-A-Velha, sede de uma freguesia com pouco mais de 600 habitantes, onde um inesperado nome de rua sobrevive aos desmandos do tempo. É a Praça Dr. Oliveira Salazar, no centro da aldeia, onde têm morada o centenário Sporting Clube Santaclarense e a igreja paroquial, em cuja fachada está a pequena placa com o nome do ditador.

Em 1974, logo a seguir ao 25 de Abril,

a Câmara de Odemira mandou retirar a placa. Os ímpetos revolucionários não consentiam que Salazar se perpetuasse no espaço público. Mas o povo de Santa Clara-A-Velha não gostou da decisão e levantou a voz. A placa foi arrancada e pouco depois teve de voltar ao sítio.

Quem recorda esta história é o antigo presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-A-Velha, o socialista Fernando Peixeiro. Não testemunhou o ocorrido, porque à época tinha pouco mais de nove anos e morava numa aldeia vizinha. Os acontecimentos foram-lhe narrados por um antigo presidente de Junta, Alberto Pedras, que os viveu na primeira pessoa.

De facto, o concelho de Odemira foi um bastião do PCP e ainda vota maioritariamente à esquerda, mas agora no PS — o que faria supor uma cultura política especialmente empenhada em arredar heranças do Estado Novo. Fernando Peixeiro sugere uma explicação para que o nome do antigo presidente do Conselho de Ministros tenha sobrevivido na aldeia. A escassa quilómetros fica a Barragem de Santa Clara, que Salazar destinou à terra em 1957. O empreendimento foi inaugurado em 1969 e teve um papel muito importante no desenvolvimento da agricultura. Inicialmente chamou-se Barragem Marcelo Caetano, em homenagem ao sucessor de Salazar.

«A barragem deu muito emprego

à população. É natural que as pessoas sentissem que não era justo tirar o nome de Salazar, porque tinha sido ele a mandar construir a barragem», conta Fernando Peixeiro ao *Nascer do SOL*. «Hoje o nome da praça é pacífico, embora já tenha sido confrontado por eleitos do Bloco de Esquerda aqui do concelho, que gostariam que houvesse uma alteração», acrescenta.

Não se sabe ao certo quantas terras portuguesas conservam o nome António de Oliveira Salazar nas suas placas. Ao longo dos últimos anos, a *Agência Lusa* tem noticiado o assunto, sem que se chegue a uma conclusão. Com base em registos dos CTT, em 2009 a *Lusa* estimava que 20 localidades mantinham topónimos Salazar. Em 2018 seriam 15. No ano passado havia registo de 17.

«As principais figuras do antigo regime, 50 anos após o fim da ditadura em Portugal, mantêm-se presentes em pelo menos 721 artérias do país, de 195 concelhos», escrevia a *Lusa* em 2024.

Seja como for, a história do país está repleta de mudanças bruscas de nomes de ruas e obras públicas. Sempre que se alteram regimes políticos, a ideologia que substitui a anterior apressa-se a apagar certos legados. Aconteceu com a Monarquia Constitucional em 1820, com a República em 1910, com Estado Novo a partir de 1933 e com o 25 de Abril de 1974.

Segundo o historiador José Miguel Sardica, professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, o objetivo é quase sempre o de «marcar a

diferença em relação aos regimes anteriores» e de «educar as massas». Ao nosso jornal, o especialista faz notar que a atribuição de nomes ao espaço público é «típica da civilização europeia». «Nos EUA, por exemplo, muitas ruas têm números. Em Manhattan, temos a Primeira Avenida, a Segunda Avenida, por aí fora. São cidades mais recentes e retineas. As cidades europeias formam um enorme emaranhado histórico. Cada regime que vem, acrescenta uma camada».

REPUBLICANOS AO ATAQUE

A partir de 1910, num país com uma das mais altas taxas de analfabetismo da Europa — cerca de 69%, segundo o Instituto Nacional de Estatística —, mudar nomes de ruas, avenidas ou praças representou um investimento do regime republicano para ensinar a República ao povo, disse-nos José Miguel Sardica. «Há um cultivo de símbolos. Surge uma nova bandeira, um novo hino e um investimento na educação, para maciçamente escolarizar os futuros cidadãos da República. Por outro lado, republicaniza-se a toponímia, para que as pessoas no seu dia-a-dia se confrontem com um panteão de heróis novos: Cândido dos Reis, Afonso Costa, Bernardino Machado e muitos outros. É uma forma de as educar visualmente. Se isso se conseguiu, é uma outra questão, mas a intenção está lá».

É assim que em Lisboa a Avenida Rainha D. Amélia, batizada em 1903 e antes disso conhecida como Avenida dos Anjos, passa a chamar-se Avenida Almirante Reis. A Avenida Res-sano Garcia, de 1897, transforma-se em Avenida da República. A Rua de El Rei, que remonta a 1889, torna-se Rua do Comércio. São nove as alterações ordenadas num primeiro edital da vereação republicana em 5 de novembro de 1910, lê-se na base de dados 'online' Revelar Lisboa, da Câmara Municipal.

Em Coimbra, temos o exemplo da Rua José Falcão, perto da Faculdade de Medicina. No século XVI, chamava-se Rua da Trindade. Mas a partir de

A partir de 1910, mudar nomes de ruas, avenidas ou praças foi uma forma usada pelo novo regime de ensinar a República ao povo analfabeto



1910, escassos 15 dias após a implantação da República, mudou para Rua José Falcão, em referência a um professor catedrático de matemática e fervoroso republicano. Em pleno Estado Novo, a artéria regressa ao onomástico primitivo por decisão da Câmara Municipal de 30 de abril de 1942. Sob ameaças de um filho do professor de matemática, influente advogado no Porto, tudo se desfaz e José Falcão volta a brilhar na placa toponímica.

O Estado Novo, por seu turno, exameou o país com ruas ou avenidas que davam loas ao golpe de 28 de Maio, ao próprio Salazar ou ao Presidente da República, marechal Óscar Carmona. Com a capitulação do regime em 25 de Abril de 1974, manteve-se a tradição de apagar a ordem anterior, o que levou a decisões nem sempre consensuais.

FOICE E O MARTELO NA PLACA

Em Lisboa, a Comissão Municipal de Toponímia tem uma primeira reunião em 15 de novembro de 74 e conclui pela «necessidade de eliminação dos nomes afrontosos para a população, pela sua última ligação ao antigo regime». Logo a Câmara decide em edital de 30 de dezembro que se impõe substituir cinco topónimos. A Avenida 28 de Maio torna-se Avenida das Forças Armadas. A Rua General Sinel de Cordes, assim designada desde 1932, muda para Rua Alves Redol (na foto). A Avenida Marechal Carmona começa a chamar-se Avenida General Norton de Matos. A Calçada de Santos passa a Calçada Ribeiro dos Santos. A Estrada de Malpique dá origem à Rua dr. João Soares.

Curiosamente, durante largo tempo na capital não houve qualquer artéria 25 de Abril. Só em 1995 apareceu a designação Rua Cravos de Abril, na freguesia da Ajuda (na foto). E finalmente uma Praça 25 de Abril nasceu em 199 na zona de Marvila.

Temos ainda o famoso caso da ponte sobre o Tejo. Poucos meses depois da Revolução, na tarde de 5 de outubro de 74, metalúrgicos da Sorefame

instigados pelo coronel João Varela Gomes, derrubam o nome de Salazar de um dos pilares da ponte no lado de Lisboa. A obra que o antigo presidente do Conselho de Ministros inaugurou oito anos antes, em 6 de agosto de 1966, começa a chamar-se Ponte 25 de Abril.

Ao que indicam várias fontes históricas, nem Salazar tinha querido que a obra levasse o seu nome — foi uma ideia dos seus ministros — nem o segundo Presidente da República pós-25 de Abril, general Costa Gomes, gostou que a mudança de nome tivesse ocorrido sem o seu conhecimento prévio, o que igualmente desagradou ao general Vasco Gonçalves, que exercia como primeiro-ministro provisório.

Veja-se também o caso de Torres Vedras. Em 20 de maio de 1974 a Câmara cancela a Praça do Império e rebatiza-a Praça 25 de Abril. O Bairro Salazar dá lugar ao Bairro Vila Morena. E a Avenida Salazar torna-se Avenida General Humberto Delgado — pese embora numa fase inicial Delgado fosse apoiante do golpe de 28 de Maio de 1926, que abriu caminho ao Estado Novo, e tenha deixado violentos ataques ao republicanismo no seu famoso livro *Da Pulhice do Homo Sapiens*, de 1933.

Cite-se também o caso de Almada. A comissão administrativa da Câmara Municipal manda que a Rua de Oliveira Salazar e a Avenida Frederico Ulrich passem a Rua da Liberdade e a Avenida 25 de Abril, respetivamente. Em Cacilhas, o velho Largo do Costa Pinto torna-se Largo Alfredo Dinis (Alex), mas muitos continuam a chamar-lhe apenas largo de Cacilhas. Na pedra toponímica, abaixo de Alfredo Dinis, está gravada a inscrição: «Operário da Parry & Son. Membro do Comité Central do PCP. Assassinado pela PIDE em 4-7-945». E ainda hoje no canto superior esquerdo se vê a foice e o martelo do PCP, o que dá à placa uma feição doutrinária.

Caso curioso é o de Vila Franca de Xira, concelho de maioria comunista até meados dos anos 90. No res-

↑ No rescaldo do 25 de Abril, a Rua José Pereira Palha Blanco, em Vila Franca de Xira, passou a Rua Alves Redol, em homenagem ao escritor

↑ Durante largo tempo na capital não houve qualquer artéria 25 de Abril. A Rua Cravos de Abril, na Ajuda, só surgiu em 1995

cado do 25 de Abril, uma das principais artérias da vila (que só se tornou cidade em 1984) deixou de ser Rua José Pereira Palha Blanco e passou a Rua Alves Redol, em homenagem ao escritor comunista nascido na terra.

A decisão nunca foi pacífica e mais de 50 anos depois, em julho de 2025, a Câmara e a Junta de Freguesia de Vila Franca, ambas socialistas, procuraram compensar a decisão e batizaram como Rua José Pereira Palha Blanco uma via que parte da Praça de Touros e vai até ao campo de futebol do Cevadeiro. Na cerimónia esteve presente a família do ganadeiro e lavrador falecido em 1937.

E SE OS EXTREMOS QUISEREM HERÓIS?

Para o historiador Miguel Cardina, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, «é natural, salutar e até eticamente necessário que a democracia sinalize os seus momentos e identifique nomes que combateram para que ela fosse possível». Diz-nos que as alterações podem ser «uma forma de dar visibilidade a passados outrora esquecidos» ou simplesmente de «valorizar novos acontecimentos ou figuras». Logo, respondem a «processos inevitáveis e nem sempre resultam da vontade de apagar o passado, embora por vezes também o sejam».

No entanto, Miguel Cardina faz notar que o «passado colonial» continua plasmado na toponímia portuguesa. «A memória da ditadura e a memória do colonialismo têm diferentes inscrições na sociedade portuguesa», analisa. Ainda hoje subsistem nomes como os de Serpa Pinto, Alves Roçadas ou Mouzinho de Albuquerque, ligados às chamadas «campanhas de pacificação», que Cardina descreve como «guerras coloniais de finais do século XIX e inícios do século XX».

«Em primeiro lugar, subsistem porque esse imaginário é anterior ao Estado Novo e essa nomenclatura também, embora a ditadura o tenha in-

tensificado. Em segundo lugar, porque a libertação do 25 de Abril assumiu mais o legado antifascista do que o legado anticolonialista». E em terceiro lugar, porque «a própria sociedade portuguesa mantém uma visão genericamente marcada ou pelo desinteresse com a história efetiva desse passado ou pela glorificação dos «feitos» dos portugueses».

Chegados a 2025, José Miguel Sardica defende que a toponímia «já não oferece grande polémica», até porque hoje as decisões seguem regras escritas que obrigam a fundamentação e votação do poder local. A questão burocratizou-se e já não é campo de batalha: «Vivemos numa sociedade aberta, as pessoas não precisam de olhar para os nomes das ruas para se sentirem membros de uma ordem política».

No entanto, o professor da Universidade Católica levanta uma dúvida: se a Ponte Vasco da Gama fosse construída e batizada hoje, sob o clima «woke» em que vivemos, haveria consenso quanto ao nome como em 1998? «Os heróis quinientistas estão na linha de ataque de uma certa historiografia pós-colonial, com a qual não concordo, que quer ajustar contas com o passado. Se os populismos novos, na extrema-esquerda e na extrema-direita, também começarem a querer ter a sua particular agenda de heróis, o tema da toponímia pode deixar de ser tão pacífico como tem sido».

Curiosamente, André Ventura defendeu recentemente na Assembleia da República — quando da comemoração oficial do 25 de novembro de 1975 — que gostaria de ver retirados da toponímia nacional nomes como os de Otelio Saraiva de Carvalho, Che Guevara ou Álvaro Cunhal. «Talvez seja dia, e no que depender de mim acontecerá mesmo, de acabarmos com todas estas ruas no nosso país e lhes começarmos a dar nomes como Rua General Ramalho Eanes, Rua Jaime Neves, Rua da Liberdade e não Rua das Tiránias», disse o líder do Chega. ●